

PROPOSTA

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

PROP-221120F0511602 | Versão 01

Cliente: Município de Caminha

Número total de páginas – 21

Fevereiro de 2022

Ficha Técnica do Documento

Título:	Elaboração do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil
Descrição:	O documento que aqui se apresenta diz respeito à proposta de prestação de serviços para “Elaboração do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil”, em resposta ao convite por Ajuste Direto n.º 29/2022_AD.
Data de produção:	18 de fevereiro de 2022
Data da última atualização:	18 de fevereiro de 2022
Versão:	v01
Desenvolvimento e produção:	GeoAtributo, Consultadoria e Informação para o Planeamento e Ordenamento do Território, Lda
Coordenador de Projeto:	Ricardo Almendra Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território
Equipa técnica:	Teresa Costa Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território Andreia Mota Licenciatura em Geografia e Planeamento; Mestrado em Geografia, ramo de especialização em Planeamento e Gestão do Território; Pós-Graduação executiva em Sistemas de Informação Geográfica Filipa Leite Licenciatura em Geografia Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica Paula Pereira Licenciatura em Geologia Mestrado em Geociências - Valorização de Recursos Geológicos
Consultores:	Rodrigo Silva Licenciatura em Proteção Civil Licenciatura em Engenharia de Proteção Civil
Código de documento:	-
Estado do documento	Para consideração do cliente
Código do Projeto:	-
Nome do ficheiro digital:	PROP-221120F0511602_RPMEPC

Índice

Introdução	4
Confidencialidade/classificação de documentos	4
Apresentação GeoAtributo	5
Enquadramento Legal	6
Trabalhos a desenvolver	7
Trabalhos a desenvolver para cada fase	7
Entregáveis	9
Acompanhamento dos trabalhos	10
Prazo de Execução	11
Prazos para validação dos elementos sujeitos a avaliação	12
Condições Financeiras	13
Proposta de preço total	13
Nota justificativa do preço	14
Condições de Pagamento	15
Prazo de validade da proposta	16
Sistema de gestão da qualidade	17
Responsabilidade da gestão de projeto	17
Gestão de recursos	17
Realização do produto	17
Medição, análise e melhoria	18
Sistema de informação	18
Sistema de informação de apoio à realização dos trabalhos	18

1. INTRODUÇÃO

O documento que aqui se apresenta diz respeito à proposta de prestação de serviços para a **“Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil”**, em resposta ao convite por Ajuste Direto n.º 29/2022_AD.

2. APRESENTAÇÃO GEOATRIBUTO

A GeoAtributo – Consultadoria e Informação para o Planeamento e Ordenamento do Território, Lda é uma empresa de estudos e projetos, vocacionada para análise, conceção, avaliação e execução nos domínios do planeamento estratégico, do ordenamento do território e do urbanismo, do ambiente e do desenvolvimento sustentável, dedicando-se de modo integrado à prestação de serviços que respondem eficaz e inovadoramente aos desafios colocados.

A GeoAtributo tem implementado um **Sistema de Gestão da Qualidade, certificado pela norma NP EN ISO 9001:2015** (certificado PT 20/07469, emitido pela SGS ICS – Serviços Internacionais de Certificação), na área de “**Consultadoria na área do Planeamento e Ordenamento do Território, Planeamento de Emergência e Alterações Climáticas**”. A adoção do sistema de gestão de qualidade, tem como objetivo reforçar a qualidade dos nossos serviços e a satisfação dos nossos clientes.

3. ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente proposta refere-se à **Revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil (PMEPC)** a qual deverá garantir o cumprimento do estabelecido na legislação vigente e nos manuais e normativos técnicos da Autoridade Nacional de Proteção Civil, designadamente:

Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (com as alterações introduzidas pela Lei orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto)

Define os princípios, os objetivos e as orientações para a atividade da Proteção Civil, deliberando, também, sobre as competências do Presidente da Câmara Municipal, no que respeita à execução da política de proteção civil e define a composição e competências das Comissões Municipais de Proteção Civil.

Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro (com as alterações pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 01 de abril)

Estabelece o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, bem como a organização dos serviços municipais de proteção civil e as competências do Coordenador Municipal de Proteção Civil.

Determina que os planos municipais de emergência devem ser elaborados de acordo com as diretivas emanadas da Comissão Nacional de Proteção Civil.

Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio)

Estabelece o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Este é o conjunto de estruturas, normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, de forma articulada, sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.

O SIOPS define a organização dos teatros de operações e dos postos de comando, clarificando competências e consolidando a doutrina operacional.

Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio de 2015

Estabelece os critérios e as normas técnicas para a elaboração e operacionalização dos planos de emergência de proteção civil.

Normaliza a estrutura e os conteúdos dos planos de emergência de proteção civil e define a periodicidade com que devem ser revistos e sujeitos a exercícios.

Clarifica o acesso público aos planos de emergência e garante a disponibilização das suas componentes não reservadas por um período não inferior a 30 dias.

Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de março

Procede à revisão do Sistema de Gestão de Operações (SGO), que se aplica a todos os Agentes de Proteção Civil (APC), Entidades com especial dever de cooperação e qualquer outra entidade desde que empenhadas em operações de proteção e socorro.

4. TRABALHOS A DESENVOLVER

4.1. OBJETIVOS

A **Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil** visa dotar o município de um instrumento integrado de planeamento e gestão das operações a desencadear face à ocorrência de acidente grave ou catástrofe, tendo como principais objetivos:

- a. Propor estratégias de prevenção e mitigação dos riscos consistentes com a informação adquirida;
- b. Identificar os meios e recursos mobilizáveis, em situação de acidente grave ou catástrofe;
- c. Adotar uma estrutura operacional capaz de garantir a unidade de direção e o controlo permanente da situação;
- d. Definir as responsabilidades que incumbem aos organismos, serviços e estruturas, públicas ou privadas, com competências na proteção civil municipal;
- e. Definir os critérios de mobilização e mecanismos de coordenação dos meios e recursos existentes.

4.2. ESTRUTURA E CONTEÚDOS DO PLANO

A estrutura e os conteúdos do PMEPC cumprirá com o disposto na Diretiva relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil (Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30/2015, de 7 de maio), designadamente:

Lista de Acrónimos

Referências Legislativas

Registo de Atualizações e Exercícios

PARTE I - Enquadramento

1. Introdução

2. Finalidade e objetivos
3. Tipificação dos riscos
4. Critérios para a ativação

PARTE II - Execução

1. Estruturas
2. Responsabilidades
3. Organização
 - 3.1. Infraestruturas de Relevância Operacional
 - 3.2. Zonas de Intervenção
 - 3.3. Mobilização e Coordenação de Meios
 - 3.4. Notificação Operacional
4. Áreas de Intervenção
 - 4.1. Gestão Administrativa e Financeira
 - 4.2. Reconhecimento e Avaliação
 - 4.3. Logística
 - 4.4. Comunicações
 - 4.5. Informação Pública
 - 4.6. Confinamento e/ou Evacuação
 - 4.7. Manutenção da Ordem Pública
 - 4.8. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas
 - 4.9. Socorro e Salvamento
 - 4.10. Serviços Mortuários

PARTE III - Inventários, Modelos e Listagens

1. Inventário de meios e recursos
2. Lista de contactos

3. Modelos

4. Lista de distribuição

ANEXOS

Anexo I - Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil

Anexo II - Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados e para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano.

4.3. SERVIÇOS NÃO INCLUÍDOS

No âmbito da presente proposta de serviços, não será produzida cartografia de risco.

4.4. ELEMENTOS A FORNECER PELO MUNICÍPIO

Para a “**Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil**”, o Município deverá proceder ao fornecimento dos elementos identificados no quadro seguinte:

Tipo de Informação	Identificação	Formato	Detalhes
Cartografia de Referência	Cartografia de Base 1:25 000 (ou outra escala disponível de maior detalhe)	.dwg ou .shp	Informação cartográfica (1:25 000) altimétrica e planimétrica.
Cartografia Temática	Rede hidrográfica	.dwg ou .shp	Barragens, açudes e represas, comportas, captações de água para abastecimento público, nascentes e cursos de água, albufeiras e lagoas.

Cartografia Temática	Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas	.dwg ou .shp	Bowling, minigolfe, campos de futebol, estádios de futebol, desportos motorizados, desportos náuticos, piscinas, desportos radicais, complexos desportivos e recintos polidesportivos.
Cartografia Temática	Edifícios de utilização coletiva – centros de dia e lares de idosos	.dwg ou .shp	Centros de dia e lares de idosos.
Cartografia Temática	Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino	.dwg ou .shp	Edifícios e recintos escolares de todos os níveis de ensino (pré-escolar; 1.º ciclo; 2.º ciclo; 3.º ciclo; secundário; artístico; profissional; universitário).
Cartografia Temática	Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas	.dwg ou .shp	Hotelaria, Aldeamentos Turísticos, Pousadas da Juventude, Parques de Campismo, Praias Fluviais
Cartografia Temática	Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais	.dwg ou .shp	Cinemas, salas de teatro e de espetáculos, bibliotecas, centros culturais, galerias de arte, museus, espaços culturais, fundações parques de diversões, galerias comerciais e grandes centros comerciais
Cartografia Temática	Edifícios de utilização coletiva – locais de culto	.dwg ou .shp	Igrejas, capelas e outros locais de culto.
Cartografia Temática	Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais	.dwg ou .shp	CDOS, Segurança Social, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia (reorganizadas de acordo com a nova organização administrativa), Finanças e outros serviços públicos
Cartografia Temática	Outras infraestruturas – entidades de justiça e segurança	dwg ou .shp	Tribunais, GNR, PSP e Polícia Municipal

Cartografia Temática	Áreas Industriais e de Armazenamento	dwg ou .shp	Parques industriais; indústrias pirotécnicas e de explosivos; paiol (depósito de materiais explosivos); indústrias “SEVESO”; laboratórios químicos e farmacêuticos; armazéns industriais; plataformas logísticas; parques rodoviários; plataformas multimodais; armazéns de produtos perigosos; aterros de resíduos industriais
Cartografia Temática	Produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis	dwg ou .shp	Parques de armazenamento de garrafas de gás; estações de serviço (combustíveis); postos de abastecimento de combustíveis
Cartografia Temática	Energia e combustíveis	dwg ou .shp	Localização de estruturas e condutas (centrais termoelétricas / geotérmicas / hidroelétricas / biomassa; centrais fotovoltaicas; oleodutos e gasodutos).
Cartografia Temática	Rede de gás	dwg ou .shp	Rede de gás natural.
Cartografia Temática	Rede elétrica	dwg ou .shp	Localização das estruturas de distribuição (redes de alta e muito alta tensão; localização das estruturas; de distribuição; rede elétrica; geradores eólicos; subestações; postos de transformação).
Cartografia Temática	Redes de radiocomunicações da ANPC	dwg ou .shp	Rede de comunicações de emergência (Redes ROB, REPC, SIRESP).
Cartografia Temática	Rede de telecomunicações	dwg ou .shp	Antenas de receção e retransmissão (rádio, TV/ imagem, telefones); centrais de comutação; telecomunicações; rede fixa de telefone.

Cartografia Temática	Rede de abastecimento de água	dwg ou .shp	Captações de água - superficiais e subterrâneas; infraestruturas de tratamento - ETA e PC; Rede de abastecimento de água
Cartografia Temática	Rede de saneamento	dwg ou .shp	Cartografia relativa a redes de recolha de águas pluviais e águas residuais
Cartografia Temática	Infraestruturas de gestão de resíduos	dwg ou .shp	Pontos de recolha seletiva, circuitos de recolha, resíduos industriais banais.
Cartografia Temática	Infraestruturas rodoviárias	dwg ou .shp	Identificação das principais vias existentes [Auto Estradas (AE) / Itinerários Principais (IP) / Itinerários Complementares (IC) / Estradas Nacionais (EN) / Estradas Regionais (ER) / Estradas Municipais (EM) / Rede viária urbana / Pontes/ viadutos/ túneis / Interfaces de transporte].
Cartografia Temática	Infraestruturas ferroviárias	dwg ou .shp	Identificação das principais vias existentes (vias ferroviárias / estações ferroviárias / pontes/ viadutos/ túneis / passagens de nível / metropolitano / linhas subterrâneas).
Cartografia Temática	Transporte marítimo e fluvial	dwg ou .shp	Portos marítimos/fluviais; cais fluvial; marinas de recreio; esporões; eclusas fluviais.
Cartografia Temática	Transporte aéreo	dwg ou .shp	Aeroportos/ aeródromos/ heliportos; bases aéreas militares.
Cartografia Temática	Armazéns de alimentos e grandes lojas	dwg ou .shp	Grandes lojas especializadas, Cash and Carry, Hipermercados, Supermercados, Feiras e mercados

Cartografia Temática	Estabelecimentos de restauração	dwg ou .shp	Restaurantes
Cartografia Temática	Sapadores florestais	dwg ou .shp	-
Cartografia Temática	Unidades de Saúde, Hospitais, Farmácias e Centros de Enfermagem	dwg ou .shp	Centros de Enfermagem, Centros de Enfermagem da Cruz Vermelha, outros serviços de saúde, farmácias, para farmácias e postos farmacêuticos
Cartografia Temática	Património	dwg ou .shp	Património cultural, património arqueológico, centros históricos.
Cartografia Temática	Identificação do local principal e dos locais alternativos de reunião da CMPC (2 a 3 locais, devidamente distribuídos por todo o território concelhio)	.dwg, .shp ou .kml	Estes locais devem apresentar uma vulnerabilidade reduzida face aos principais riscos que poderão afetar o território concelhio, bem fornecidos de redes de comunicações e dotados com as condições logísticas necessárias para o seu funcionamento.
Cartografia Temática	Identificação dos locais que poderão funcionar como zonas de concentração e reserva (ZCR) (2 a 3 locais, devidamente distribuídos por todo o território concelhio)	.dwg, .shp ou .kml	Zonas onde se localizam temporariamente os meios e recursos disponíveis sem missão imediata atribuída, a reserva estratégica, e onde se mantém o sistema de apoio logístico às forças de intervenção.
Cartografia Temática	Identificação dos locais que poderão funcionar como zonas de concentração e apoio às populações (ZCAP) (2 a 3 locais, devidamente distribuídos por todo o território concelhio)	.dwg, .shp ou .kml	Locais de acolhimento e alojamento temporário da população deslocada, localizados em espaços abertos e fechados.

Cartografia Temática	Identificação dos locais que poderão funcionar como Zonas de Concentração e Irradiação (ZCI) (2 a 3 locais, devidamente distribuídos por todo o território concelhio)	.dwg, .shp ou .kml	Locais para onde a população se deverá dirigir de imediato decorrente da evacuação.
Cartografia Temática	Identificação dos locais que poderão funcionar como postos de triagem (2 a 3 locais, devidamente distribuídos por todo o território concelhio)	.dwg, .shp ou .kml	Locais para triagem das vítimas e assistência pré-hospitalar.
Cartografia Temática	Identificação dos locais de reunião de vítimas mortais e necrotérios provisórios (2 a 3 locais, devidamente distribuídos por todo o território concelhio)	.dwg, .shp ou .kml	Para a instalação de ZRnM e NecPro devem ser escolhidas instalações onde haja um piso em espaço aberto, plano e fácil de limpar, com boa drenagem, ventilação natural, provido de água corrente e energia elétrica. Na seleção destes locais devem ser tidas em conta, ainda, as acessibilidades, as comunicações, a privacidade, a disponibilidade e as facilidades de condições de segurança.
Cartografia Temática	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil em vigor	.dwg, ou .shp	Parte I, II, III e IV (Secção I, II e III)
Documental	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil em vigor	.doc ou .pdf	Parte I, II, III e IV (Secção I, II e III)
Documental	Registo de Exercícios ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil	.doc, .pdf ou .xls	Relatórios do Exercícios
Documental	Registo de Atualizações ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil	.doc, .pdf ou .xls	Data da alteração; Data de aprovação; Entidade Competente pela Aprovação; Observações

Documental	Inventário de meios e recursos dos agentes de proteção civil e entidades com dever de cooperação	.doc, .pdf ou .xls	Poderá ser utilizado o modelo de formulário desenvolvido pela GeoAtributo.
Documental	Lista de contactos dos agentes de proteção civil e entidades com dever de cooperação	.doc, .pdf ou .xls	Poderá ser utilizado o modelo de formulário desenvolvido pela GeoAtributo

Importa referir que, caso o Município não possua algum dos itens listados deverá comunicar à Equipa Técnica que não dispõe dessa informação.

O tratamento mais aprofundado da informação durante o processo de avaliação, análise e tratamento da informação recebida poderá detetar a necessidade de novos pedidos de informação para reforçar a consistência da mesma.

Por último, de destacar que a listagem supracitada contempla os elementos necessários para proceder à Revisão do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, nos termos da legislação em vigor (Resolução n.º 30/2005, de maio de 2015).

5. ENTREGÁVEIS

Os trabalhos referentes à “**Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil**” contemplam a entrega dos seguintes elementos (entregáveis):

N.º	ENTREGÁVEL
E1	Documento de lançamento dos trabalhos Relatório que pretende estabelecer a metodologia, a informação e o cronograma para a realização dos trabalhos em causa, a ser apresentado ao cliente aquando a realização da primeira reunião de trabalho.
E2	Modelos de inventários de meios e recursos Modelos a utilizar para inventário dos meios, recursos e contactos dos agentes de proteção civil / entidades com dever de cooperação.
E3	Versão preliminar do PMEPC para validação do Município Versão preliminar do PMEPC (Parte I, II e III e respetivos Anexos) para validação do Município.
E4	Versão preliminar do PMEPC para Consulta Pública Versão preliminar do PMEPC (Parte I, II e III e respetivos Anexos), com a inclusão dos contributos do Município, para Consulta Pública.
E5	Versão preliminar do PMEPC para submissão à CMPC Versão preliminar do PMEPC (Parte I, II e III e respetivos Anexos), com a inclusão dos resultados da Consulta Pública, para submissão à CMPC. Relatório de Ponderação da Consulta Pública.
E6	Versão final do PMEPC (Versão final do PMEPC para submissão à ANEPC) Versão final do PMEPC (Parte I, II e III e respetivos Anexos), com a inclusão dos resultados da Consulta Pública, para submissão à ANEPC. Relatório de Ponderação da Consulta Pública.

6. ACOMPANHAMENTO DOS TRABALHOS

No âmbito dos trabalhos descritos, na presente proposta, prevê-se a realização das seguintes reuniões de acompanhamento:

N.º	REUNIÕES
R1	Reunião de lançamento dos trabalhos
R2	Reunião para apresentação do Plano, que pode ser dirigida ou não aos membros da CMPC

Relativamente a estas reuniões serão realizadas preferencialmente por videoconferência e redigidas pela equipa da Geoatributo as respetivas atas, as quais serão enviadas para a devida consideração e validação por parte de todos os intervenientes.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO

Os trabalhos descritos nesta proposta serão executados no prazo de **90 dias** produzindo efeitos a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato. Este prazo será automaticamente suspenso sempre que a equipa técnica se vir impossibilitada de continuar os trabalhos por motivos que lhe são alheios.

8. PRAZOS PARA VALIDAÇÃO DOS ELEMENTOS SUJEITOS A AVALIAÇÃO

Os elementos definidos no âmbito da presente proposta serão alvo de avaliação (de qualidade e de cumprimento dos requisitos) por parte do **Município de Caminha**, que fará essa mesma avaliação num prazo que não comprometa o cronograma contratualmente definido.

Fica acordado que, aquando da receção de qualquer elemento sujeito a avaliação, o **Município de Caminha** definirá e informará a GeoAtributo, através de comunicação escrita via email, de qual o prazo que entende necessário para executar essa avaliação.

Nos casos em que o **Município de Caminha** não proceda a essa comunicação (dos prazos), fica acordado que deverá ser considerado como prazo para validação, 3 dias úteis após a entrega.

No final do prazo definido para avaliação, caso o **Município de Caminha** não informe a GeoAtributo do resultado da mesma, os elementos em causa serão considerados validados.

Poderá durante o prazo de avaliação, o **Município de Caminha** informar da necessidade de prorrogação do mesmo, indicando sempre o novo prazo que entende necessário para conclusão dessa avaliação.

9. CONDIÇÕES FINANCEIRAS

9.1. PROPOSTA DE PREÇO TOTAL

GeoAtributo - Consultadoria e Informação para o Planeamento e Ordenamento do Território, Lda, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga e número de cartão de pessoa colectiva número 506 526 585, com sede em na Rua Faustino Ferrador, n.º 3, 4710-244 Braga, representada por Ricardo António Lopes Almendra, na qualidade de sócio-gerente, com poder para vincular a empresa, tendo tomado completo e perfeito conhecimento do convite por ajuste direto relativo à **“Elaboração do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil – 29/2022_AD”**, obriga-se a executar o referido fornecimento de harmonia com os documentos que integram o processo de concurso, bem como os documentos apresentados, pelo valor de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros), que não incluiu o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dele faz parte integrante.

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Braga, 18 de fevereiro de 2022

Pela GeoAtributo



Ricardo António Lopes Almendra
(sócio gerente)

9.2. LISTA DE PREÇO UNITÁRIO

Designação	Unidades	Quantidade	Preço unitário
Elaboração do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Caminha	Un.	1	12.500,00€
Preço TOTAL			12.500,00 €

9.3. NOTA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor total para realização dos trabalhos aqui propostos corresponde à aplicação da tabela de preços em uso na GeoAtributo e considerando o tempo/recursos necessários para as diferentes fases e ações que constituem esses mesmos trabalhos. O cálculo dos recursos e dos tempos de afetação necessário para a implementação dos trabalhos propostos são alcançados por meio de aplicação de estimativas que têm por base experiências anteriores na elaboração de processos semelhantes.

A tabela de preços em uso na GeoAtributo, para o ano de 2022 é a seguinte:

Valores de Referência	Unidade	Valor (€)
Técnico nível I (Coordenador)	hora	50,00 €
Técnico nível II (Gestor)	hora	35,00 €
Técnico nível III (técnico superior)	hora	28,00 €
Consultores especializados	hora	40,00 €
Deslocações	Km	0,40 €
Consumíveis	2,5% da estimativa	
Comunicações	1% da estimativa	

9.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço apresentado para a elaboração dos trabalhos descritos nesta proposta é de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros, valor ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor).

O plano de pagamento para a execução dos trabalhos é o que a seguir se apresenta:

Fases	%
1. ^a Prestação - Com a entrega do documento de lançamento dos trabalhos.	20%
2. ^a Prestação - Com a entrega da versão preliminar do PMEPC para validação do Município.	30%
3. ^a Prestação - Com a entrega da versão preliminar do PMEPC para Consulta Pública.	40%
4. ^a Prestação - Com a entrega da versão final do PMEPC para submissão à ANEPC.	10%
TOTAL	100%

Caso não se verifique o pagamento nos prazos previstos a GeoAtributo reserva-se o direito de debitar ao cliente os juros de mora à taxa que a legislação permita.

10. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade da presente proposta é de **66** (sessenta e seis) dias contados da data limite de entrega da mesma.

A GeoAtributo compromete-se a manter a confidencialidade relativamente a toda a informação específica do **Município de Caminha** a que, por força da atividade a desenvolver, tenha necessidade de acesso. A GeoAtributo solicita ao **Município de Caminha** que, de igual modo, assegure a confidencialidade da informação inerente à metodologia da prestação dos serviços de consultoria, onde se inclui esta proposta.

11. SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

11.1. RESPONSABILIDADE DA GESTÃO DE PROJETO

Qualquer realização de produto, onde se insere a elaboração dos trabalhos referenciados nesta proposta, de acordo com o estabelecido nos pontos anteriores e incluindo a elaboração da prestação de serviço em causa, terá que obedecer e seguir princípios definidos de acordo com objetivos consistentes com o propósito de garantir a qualidade dos serviços prestados.

11.1.1. Gestão de recursos

A organização da equipa é estruturada de forma a satisfazer as necessidades inerentes ao tipo de serviços prestados, com particular ênfase no cumprimento dos compromissos contratuais, na evolução dos meios e processos tecnológicos e na qualificação dos recursos humanos. A gestão de projeto, ao iniciar um projeto, determinam as competências necessárias ao seu desenvolvimento com qualidade, definindo conjuntamente a equipa a afetar ao trabalho e os recursos a disponibilizar.

11.1.2. Realização do produto

O planeamento das atividades de conceção e desenvolvimento é realizado com recurso a cronogramas de trabalhos e prazos de execução, que vão sendo atualizados com o progresso do projeto.

Esta fase dos trabalhos assenta sobre o previamente definido na fase de proposta, que será ajustado face à existência de novas variáveis eventualmente surgidas.

Os requisitos de entrada de projeto estão definidos no Caderno de Encargos.

Para além dos requisitos e expectativas do cliente, serão consideradas outras exigências legais, tais como decretos de lei, decretos regulamentares, normas portuguesas e europeias, normas de higiene e segurança, entre outras.

O resultado da conceção e desenvolvimento é o produto especificado pelo Cliente, cumprindo todos os requisitos por ele impostos, bem como requisitos legais aplicáveis.

O projeto é verificado por recurso às especificações previamente definidas, de forma a assegurar que as entradas foram alcançadas.

- ↪ Como exemplo apontam-se:
- ↪ Cumprimento das exigências do cliente, normas e regulamentos;
- ↪ Cumprimento dos prazos;
- ↪ Exequibilidade do projeto;
- ↪ Minimização dos riscos de segurança;
- ↪ Documentação completa, necessária à execução.

11.1.3. Medição, análise e melhoria

São sujeitos a monitorização os processos que influenciam diretamente a qualidade do produto que, no caso presente, coincide apenas com o processo de conceção e desenvolvimento, pois é nesta etapa que os requisitos têm que ser cumpridos.

Estão previstas Auditorias Internas, de acordo com os procedimentos documentados, efetuadas com base regular.

Os resultados são convenientemente documentados.

O pessoal envolvido deverá dispor ou receber formação específica em técnicas de auditoria, podendo recorrer-se a auditores externos.

Todas as situações de não conformidade são registadas, permitindo a definição de um conjunto de ações a implementar, com o objetivo de eliminar a causa dessas não conformidades.

A análise dos dados de monitorização do SGQ permite, ainda, identificar potenciais não conformidades e respetivas causas, definindo-se ações preventivas.

11.2. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

11.2.1. Sistema de informação de apoio à realização dos trabalhos

A Geoatributo utilizará a sua base tecnológica e a experiência em Sistemas de Informação Geográfica para implementar um Sistema de Informação de apoio à realização dos trabalhos.

Trata-se de um instrumento de consulta e gestão da informação disponível através da Internet, onde os utilizadores autorizados (através da realização de um login) poderão ter acesso a um conjunto de informação de cariz cartográfico ou alfanumérico sobre trabalhos em cursos.

Com esta solução, os técnicos que constituem a equipa envolvida neste processo e os que acompanham os trabalhos (da parte da entidade adjudicante), terão ao seu dispor uma ferramenta intuitiva que permitirá a consulta e pesquisa da informação, assim como a disponibilização da mesma independentemente da localização física dos mesmos.

Esta solução foi pensada tendo no centro das preocupações, os técnicos que irão participar nestes trabalhos, independentemente da experiência de utilização em Sistemas de Informação.

O sistema aqui proposto terá outra funcionalidade associada, a de servir de guia de execução de tarefas onde, à medida que determinadas tarefas vão sendo executadas serão sinalizadas (no cronograma existente numa das páginas associadas a este sítio, que por sua vez terá ligações para essas partes do trabalho) como concluídas ou como em estado de poderem ser consultadas pela entidade adjudicante, sendo para o efeito, fornecido a esta um código de acesso ao nosso sistema de informação.

Proposta de Preço/Resposta a Consulta Preliminar ao Mercado

Ricardo António Lopes Almendra, titular do cartão de cidadão nº 11257223 5 ZY9, residente em Travessa Areias de Cima, n.º 4 1º Dto., Este S. Pedro, 4715 – 426 Braga, na qualidade de representante legal de GeoAtributo - Consultadoria e Informação para o Planeamento e Ordenamento do Território, Lda., número de identificação fiscal 506526585, com sede na Rua Faustino Ferrador, n.º 3, 4710-244 Braga, em resposta à consulta preliminar realizada pela **(NOME DA ENTIDADE ADJUDICANTE)**, no dia **(DD DE MMMM DE AAAA)** e de acordo com o estabelecido no n.º 1 do art.º 35-A do CCP, entende que pela realização da **“DESIGNAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”**, com a qualidade e exigências necessárias e tendo em conta as condições expressas nesta consulta, assim como, a experiência em trabalhos realizados de âmbito semelhante, estima-se como valor necessário para a realização destes o valor de **XXXXXX€** (por extenso).

A este valor acresce o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor.

Braga, **22 de setembro de 2020**

Pela GeoAtributo



Ricardo António Lopes Almendra
(sócio gerente)